



CENTRO  
LESTE  
TRIÂNGULO NORTE  
SUDESTE

# Edição Plenárias Regionais

# Informativo CES-MG

Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais

Julho | 2020



## COMPOSIÇÃO CES-MG

ABEN - Associação Brasileira de Enfermagem de Minas Gerais  
ABRALE - Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia  
AHFMG - Associação dos Hospitais Filantrópicos do Estado de Minas Gerais  
AHMG - Associação dos Hospitais de Minas Gerais  
AMAPEM - Associação Mineira de Apoio a Portadores de Esclerose Múltipla  
AMAVAC - Associação Mineira do AVC  
AMDII - Associação Mineira de Portadores de Doenças Inflamatórias e Intestinais  
ARELA - Associação Regional de Esclerose Lateral Amiotrófica de Minas Gerais  
CMP/MG - Central de Movimentos Populares de Minas Gerais  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
COLETIVO BIL - Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas  
COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
COREM/MG - Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais  
COSEMS/MG - Conselho de Secretários Municipais de Saúde Minas Gerais  
CREA/MG - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
CRESS/MG - Conselho Regional de Serviço Social de MG  
CRF/MG - Conselho Regional de Farmácia de MG  
CRM/MG - Conselho Regional de Medicina de MG  
CRMV/MG - Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais  
CRO/MG - Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais  
CRP/MG - Conselho Regional De Psicologia de Minas Gerais  
CUT/MG - Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais  
FADEM - Federação das Associações de Deficientes de Minas Gerais  
FAMEM - Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais  
FAPMG - Federação de Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais  
FEESSEMG - Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado de Minas Gerais  
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado De Minas Gerais  
FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais  
FMSM - Fórum Mineiro de Saúde Mental  
MS - Ministério da Saúde  
MORHAN - Movimento de Reintegração da Pessoa com Hanseníase  
SEDECTES/MG - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Ensino Superior de Minas Gerais  
SEE/MG - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais  
SEPLAG/MG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais  
SES/MG - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais  
SEDESE/MG - Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Minas Gerais  
SENGE - Sindicato dos Enfermeiros de Minas Gerais  
SIND-SAÚDE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais  
SINDHOMG - Sindicato dos Hospitais do Estado de Minas Gerais  
SINMED/MG - Sindicato dos Médicos de Minas Gerais  
SINTSPREV/MG - Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social de Minas Gerais  
TRANSVIDA - Transplante pela Vida em Minas Gerais  
UEMP - União Estadual por Moradia Popular  
UGT/MG - União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais

## EXPEDIENTE

### MESA DIRETORA DO CES-MG

Carlos Eduardo Amaral (Gestor SES-MG) - Presidente  
Ederson Alves da Silva (Usuário CUT-MG) - Vice-presidente  
Lourdes Machado (Trabalhadora CRP-MG) - Secretária Geral  
Renato Almeida de Barros (Trabalhador Sindsaúde)- 1º Secretário  
Júlio César Pereira Souza (Usuário FAMEMG) - 2º Secretário  
Pedro Israel da Cunha (Usuário CNBB) - 3º Secretário  
Fernanda Coelho Carvalho (Usuária Coletivo BIL) - 1ª Diretora de Comunicação  
Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos (Prestadora AHFMG/Federassantas) 2ª Diretora de Comunicação

### APOIO ADMINISTRATIVO

Adriana Andrea da Silva Soares  
Fabiana Coelho Sales de Alcântara  
Luciana Azevedo de Andrade  
Sérgio Carvalho  
Gleisiele dos Santos Rodrigues de Matos

### ASSESSORIA FINANCEIRA

Graziella Correa Matias

### GERÊNCIA DA SECRETARIA EXECUTIVA

Graziella Correa Matias  
conselhoestadualdesaudemg@saude.mg.gov.br

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ASCOM)

Débora Alves (Estagiária de Jornalismo/CES-MG)  
Laura Pinheiro (Estagiária de Jornalismo/CES-MG)  
Luciane Marazzi (Jornalista - MG 14.530/JP)

### DIAGRAMAÇÃO

Luciane Marazzi e Laura Pinheiro

Revisão: Luciane Marazzi  
Fotos: ASCOM/CES-MG

### CONTATOS:

Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais  
Rua Espírito Santo, 495 - 9º andar - Centro - BH/MG  
(31) 3215-7235 (ASCOM/CES-MG)  
assessoriacomesmg@gmail.com  
www.ces.saude.mg.gov.br



CONSELHO  
ESTADUAL DE  
SAÚDE  
DE MINAS GERAIS



[www.ces.saude.mg.gov.br](http://www.ces.saude.mg.gov.br)

## EDITORIAL

### Conselheiras e Conselheiros,

A crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus continua mobilizando a engrenagem da saúde no Brasil, em uma união de esforços, principalmente de profissionais de saúde, gestão e controle social para conter o avanço da doença. O cenário revela duas questões importantíssimas neste momento: o papel protagonista do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto política sanitária máxima de Estado e garantia de bem-estar social para o país, dignidade e equidade para a população, principalmente a mais vulnerável; e a relevância do controle social e de conselheiros e conselheiras de saúde no combate à covid-19.

O mês de julho acolheu quatro Plenárias Regionais de Conselhos de Saúde (Centro, Leste, Triângulo Norte e Sudeste), um projeto essencial para o Conselho Estadual de Saúde (CES-MG), antecipado pela pandemia e que, até o momento, já mobilizou conselheiras e conselheiros de todos os segmentos, em rodadas de debates que trazem os fatos mais recentes, principalmente, sobre a disponibilização de leitos e gestão hospitalar, isolamento social e adesão ao Minas Consciente. As Plenárias Regionais têm sido decisivas também para o compartilhamento de experiências sobre o cotidiano dos conselhos para atuar e manter suas atividades.

Tanto nos debates em plenário quanto nas câmaras técnicas e comissões, o CES-MG segue pautando a situação de calamidade em saúde e traçando estratégias e ações de atuação no controle social em debates essenciais como, por exemplo, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, testagem da população, educação permanente, saúde mental, fiscalização de recursos aprovados em virtude da covid-19, a retomada econômica e o isolamento social. Dentre estes e tantos outros debates importantes, o CES-MG realizou ainda a segunda Plenária de Mulheres, dando voz a debates potentes, como a preservação do atendimento durante a pandemia dos serviços essenciais para mulheres que sofrem agressões sexuais.

Seguimos, em defesa do SUS! Boa leitura!

**Mesa Diretora do CES-MG**

+  
**970 seguidores no  
Instagram**



**@conselhodesaudemg**



**Conselho Estadual de Saúde  
de Minas Gerais**



**@conselhocesmg**



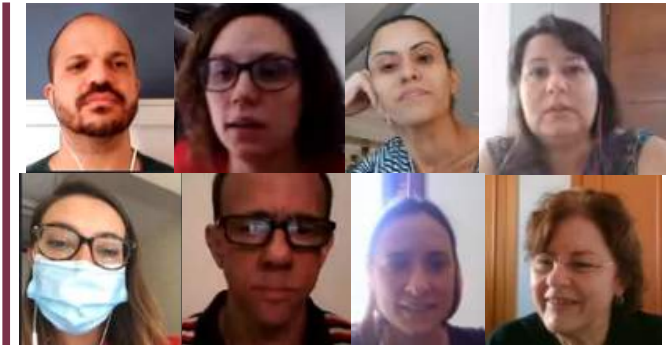
**bit.ly/youtube-cesmg**

# GIRO PELAS CÂMARAS TÉCNICAS

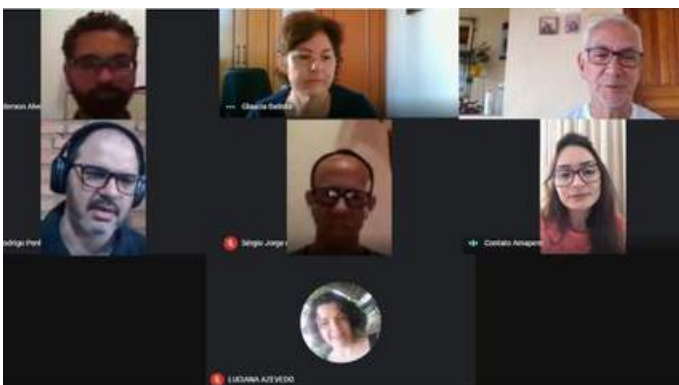
## CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE (CTEP)

A CTEP se reuniu no início do mês (3/7) e mais uma vez no dia 17. No primeiro encontro as membras e membros ponderaram sobre como a câmara técnica e o grupo de trabalho podem contribuir com as discussões sobre a segurança de trabalhadoras e trabalhadores no enfrentamento à pandemia da covid-19 e na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

O debate contou com a participação do coordenador do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, da Universidade Federal de São João del Rei, Rodrigo Penha, e teve como pontos principais a importância da democracia como uma medida da cidadania; a fiscalização pública por parte dos conselhos da ocupação de leitos, inclusive



os de UTI, com acesso à central de custos e a forma como os hospitais procedem o faturamento; e a educação permanente continuada durante a pandemia como uma estratégia de cuidado para a trabalhadora e trabalhador em exposição ao estresse e à falta de equipamentos de proteção individual. Além disso, foi discutido o impacto do retorno às aulas presenciais, ensino à distância, segurança da comunidade escolar e universitária e o impacto que a retomada pode causar ao SUS.



No dia 17, a pauta contou com a apresentação das ações de Educação Permanente descritas no Relatório Anual de Gestão 2018, desenvolvidas pela Fundação Ezequiel Dias (Funed), Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) e Fundação Hemominas. Foram apresentados os gastos com capacitação e qualificação de servidoras e servidores na educação básica, profissional e superior.

## CÂMARA TÉCNICA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (CTOF)

No mês de julho, a CTOF se reuniu por quatro vezes nos dias 14, 15, 28 e 29. Na pauta estava a apresentação do Relatório Anual de Gestão Quadrimestral 2018 (RAG), sendo que nos dois primeiros dias foi feito um recorte nas ações da ESP-MG e Fhemig, no relatório.



## CÂMARA TÉCNICA DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CTCAAS)

A CTCAAS teve uma pauta bastante diversificada no dia 14/7, com a apresentação da resposta da SES-MG ao ofício do Conselho nº 161/2020, sobre testagens para a covid-19 em Minas.

Além disso, a avaliação da câmara técnica recebeu uma denúncia a respeito da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí; discutiu a transparência nas doações à Saúde durante a pandemia; e debateu a importância da atuação dos médicos cubanos no sistema

público de saúde; e a ausência de investimentos no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

Foram feitos encaminhamentos à SES-MG sobre as parcerias nas doações ao SUS estadual para o combate ao novo coronavírus, a fim de manter a transparência do processo, e também, solicitando informações sobre a deficiência no quadro de médicas e médicos nos NASF's.

A denúncia sobre a casa de saúde em Bambuí foi encaminhada à instituição, MGS, Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig) e CES-MG.





# GIRO PELAS COMISSÕES

## COMISSÃO ESTADUAL DE REFORMA PSIQUIÁTRICA (CERP)

A Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica (CERP) se reuniu no dia 7/7 para discutir pautas como o fechamento do Hospital Galba Velloso e o acompanhamento da transferência de usuários que ainda permaneciam no local para o Instituto Raul Soares; a avaliação do RAG 2018 para encaminhamento do parecer da Comissão;

e a portaria do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD), sobre a internação de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas.

### LIVE

No dia 7/7, a CERP também promoveu uma live, a primeira do CES- MG, transmitida pelo canal do Conselho no Youtube. O tema foi “a lógica dos serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos: o fechamento do Hospital Galba Velloso e o controle social”, e mobilizou a participação e interação de 145 pessoas. A live está disponível no canal do CES-MG, no Youtube ([youtube.com/c/cesmg](https://youtube.com/c/cesmg)), para quem se interessar. Aproveite e se inscreva no canal.



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

As membras da CERP participaram ainda, no dia 15/7, de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte. O debate abordou o fechamento do Hospital Galba Velloso e a garantia dos direitos humanos de seus pacientes no contexto e após a pandemia de covid-19.



## COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA (CISTT)

A CISTT promoveu reuniões nos dias 20 e 29/7, com discussões sobre as dificuldades de trabalhadoras e trabalhadores da saúde que estão atuando no combate à covid-19.

No primeiro encontro foram debatidas questões como a abrangência do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Estadual, além da apresentação de pontos de cuidado com a saúde laboral durante a pandemia, como trajeto de casa para o trabalho; testagem; servidoras e servidores afastados. A comissão também discutiu a segurança de leituristas da Copasa e de trabalhadoras e trabalhadores da mineração.

No dia 29, a reunião fez um recorte de pauta para as trabalhadoras e trabalhadores da saúde que estão na linha de frente de combate à covid-19, discutindo propostas para o cuidado em relação à saúde mental, testagens periódicas de todas e todos os profissionais; cuidados específicos para

quem possui doença crônica; insalubridade de como um direito garantido por lei; necessidade de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) para todas as categorias; estratégias de denúncia de assédio moral e vínculos precários de trabalho na saúde.

Nos encaminhamentos foi solicitado uma nota técnica à SES-MG com os protocolos de segurança para profissionais de saúde; e insistir na participação de representantes do CEREST Estadual nas reuniões da CISTT.



# CES-MG ATUANTE

## ALA PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANSEXUAIS

A Mesa Diretora do CES-MG recebeu, em reunião realizada no dia 2/7, a diretora Assistencial do Complexo do Hospital Infantil João Paulo II (HIJPII), da Rede Fhemig, Silvana Teotônio Simão; a diretora do Complexo de Urgência e Emergência do HIJPII, Luciana Costa Carvalho, e a pediatra especialista no atendimento de adolescentes do HIJPII, Tatiane Miranda; para conhecer os detalhes sobre o funcionamento do Ambulatório de Saúde do Adolescente do HIJPII, que há dois meses possui uma ala para acolher crianças e adolescentes transexuais.

Silvana Teotônio Simão esclarece que, ao oferecer atendimento multidisciplinar, o hospital preenche uma lacuna que havia no atendimento às jovens usuárias, usuaries e usuários com identidade de gênero não binária. Houve uma demanda pelo atendimento, o que resultou na criação de um fluxo com a atenção primária, somando junto a rede de assistência e, segundo Tatiane

Miranda, essa é a premissa do Ambulatório de Saúde do Adolescente, que oferece atendimento integral sistêmico e possui equipe formada por pediatra especialista no atendimento de adolescentes, assistente social, psicóloga/o, psiquiatra da infância e juventude, fonoaudióloga/o, pedagoga/o (que faz a avaliação junto à escola), endocrinologista O bloqueio hormonal é uma possibilidade que segue um protocolo de avaliação e atuação junto à família.

A 1ª diretora de Comunicação do CES-MG, Fernanda Coelho, destacou a importância do serviço e que deveria ser uma proposta estendida a todo o estado. O vice-presidente, Ederson Alves da Silva, acrescentou que o Conselho se coloca como um parceiro de apoio para que a iniciativa chegue até outros espaços em uma construção coletiva.





# CES-MG ATUANTE

## PLENÁRIA DE MULHERES

O CES-MG promoveu a segunda Plenária de Mulheres, no dia 22/7, que contou com a adesão de conselheiras de todos os segmentos do controle social e com a presença de servidoras da Coordenação Materno Infantil da SES-MG. A pauta foi a saúde da mulher no contexto da pandemia da covid-19, e abordou questões como a violência sexual, a preservação de serviços essenciais para mulheres que sofrem esse tipo de agressão.

Laura Mol, da Coordenação Materno Infantil, disse que existe um termo de cooperação que está em andamento entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a SES, para viabilizar a capacitação de profissionais de saúde para acolher mulheres que sofrerem algum tipo de abuso sexual.

A importância do controle social também teve destaque no debate no encaminhamento de denúncias sobre a deficiência ou ausência de atendimento, pois é comum que mulheres que sofreram violência sexual não recebam atendimento por falta de preparo da equipe de saúde para reconhecer o abuso. A mulher tem direito ao atendimento imediato após qualquer ato de violência, mas o sistema de saúde é falho neste aspecto. “Há uma distância entre o direito previsto e o direito que consigo exercer”, destacou Regina Aguiar, da Coordenação Materno Infantil.

A plenária referendou a necessidade de campanhas para que as mulheres sejam atendidas logo após o ato de violência e aprovou a redação de uma nota técnica específica, em conjunto com outras instituições, abordando a relevância do atendimento capacitado para as mulheres vítimas de violência sexual.

### Planejamento reprodutivo

Desde o dia 23 de junho, existe uma recomendação formal para a retomada da integralidade do atendimento do planejamento reprodutivo e sexual nas unidades de saúde do estado, fundamental para a saúde das mulheres, especialmente no que diz respeito à colocação do DIU. A plenária cobrou que essa recomendação seja de fato colocada em prática, pois a medida quantitativa da realidade precisa que as ações sejam retroalimentadas.

### Estatísticas sobre mulheres trans

Os debates da plenária, também ressaltaram a necessidade do preenchimento correto da ficha de notificação individual, no espaço dedicado à orientação sexual, que, por não serem obrigatórios, são deixados em branco, dificultando o retrato da realidade do acolhimento às mulheres trans. Da mesma forma, o atendimento à população de rua, precisa ser tratado com atenção para reconhecer as vulnerabilidades para descobrir formas de oferecer cuidados direcionados.



# CES-MG ATUANTE

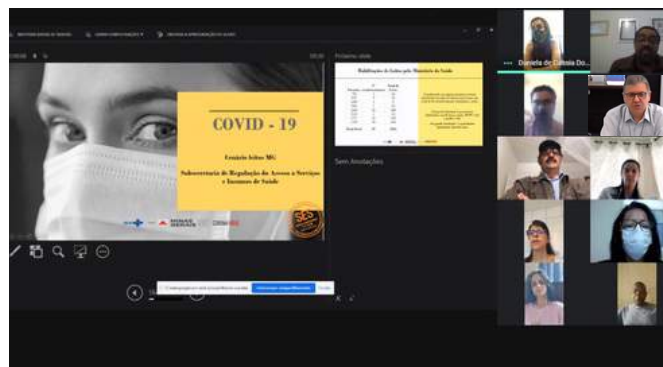
## BALANÇO DE AÇÕES CONTRA O CORONAVÍRUS

A Mesa Diretora do CES-MG recebeu, no dia 23/7, o secretário de Estado de Saúde, Carlos Eduardo Amaral. Na pauta, estava apresentação do panorama de enfrentamento da covid-19, abordando questões como a disponibilidade dos leitos nas macrorregiões de saúde do estado, Hospital de Campanha, testagem da população, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), retaguarda de leitos clínicos no Hospital Galba Velloso, isolamento social e Plano Minas Consciente.

Somada às plenárias regionais que estão sendo realizadas pelo CES-MG com conselhos de Saúde das 14 macrorregiões mineiras, a reunião com o secretário fez parte do processo de diálogo e atuação do controle social neste momento excepcional vivido pelo mundo.

A reunião também contou com representações da equipe técnica da SES-MG e do presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (Cosems), Eduardo Luiz da Silva.

Para o vice-presidente do Conselho, Ederson Alves, o momento foi importante para que as demandas e impressões resultantes das primeiras plenárias regionais sejam dialogadas com toda a equipe de gestão da SES-MG. “A epidemia é séria, não é brincadeira e temos que tomar cuidado com cada passo dado”, ressaltou Carlos Eduardo Amaral, durante a reunião.



## PLENÁRIAS REGIONAIS

No mês de julho, o CES-MG realizou outras quatro Plenárias Regionais: Centro, Leste, Triângulo Norte e Sudeste, dando continuidade ao projeto de implantação dos Colegiados Regionais, em todas as macrorregiões do estado, previstos no Plano Estadual de Saúde; e de apresentar a gestão de ações de combate à covid-19, disponibilidade de leitos, levantamento de dificuldades, isolamento social, atuação dos conselhos durante a pandemia e de experiências positivas.

Todas as videoconferências contaram com a presença de conselhos municipais de saúde, diretorias e superintendências regionais, gestoras e gestores locais, além de representantes da Superintendência de Redes de Atenção à Saúde da SES-MG.

# CES-MG ATUANTE

## CENTRO

A Plenária Regional Centro, realizada no dia 9/7, reuniu os municípios de Mariana, Pompeu, Itabirito, Papagaios, Betim, Vespasiano, Itabira, Contagem, Jaboticatubas, Matozinhos, Curvelo, Raposos, Três Marias, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte. Pedro Cunha, 3º secretário da Mesa Diretora do CES-MG, destacou que as plenárias regionais buscam uma visão mais abrangente deste momento de pandemia, respeitando a diferença entre as regiões.

A secretária-geral Lourdes Machado, acrescentou ser fundamental que os conselhos municipais de saúde estejam conectados em redes regionais, unindo todos os segmentos do controle social de forma coesa. Marília Oliveira, 2ª diretora de Comunicação em Saúde do SUS na Mesa Diretora do CES, destacou que a Plenária Regional Centro é essencial para a articulação em saúde no estado e que as plenárias aumentam a representatividade que fortalece o SUS.

## Dúvidas e questionamentos

Dentre os principais questionamentos e dúvidas dos conselhos estavam o aumento do número de casos de covid-19 entre trabalhadoras e trabalhadores da mineração em municípios que têm grande influência econômica dessa atividade; o processo de habilitação de leitos de UTI por meio do governo federal e do estado, se há um cronograma para a abertura de leitos e se haverá desativação depois da pandemia. O acesso aos leitos da rede privada e prestação de contas dos recursos disponibilizados em virtude do decreto de calamidade pública e como os conselhos podem acompanhar e fiscalizar gastos foram pontos de amplo debate.

A superintendente e a assessora técnica da Superintendência de Redes de Atenção da SES-MG, Karina Oliveira e Fernanda Santos Pereira, respectivamente, fizeram um panorama sobre a gestão dos leitos na macrorregião e responderam que, para que ocorra a habilitação de leitos por meio do Ministério da Saúde e por meio governo do estado, é preciso que o município esteja no plano de contingência estadual. Segundo elas a maior dificuldade na gestão atualmente têm sido a dificuldade de contratação de profissionais de saúde para que os leitos estejam disponíveis.

Foram encaminhados pelos municípios da macrorregião 1.209 pedidos de habilitação de leitos covid-19, sendo que, até a data da plenária, aproximadamente 400 foram habilitados. Ainda não há uma definição oficial sobre a permanência dos leitos depois da pandemia.

Sobre o acesso aos leitos privados, Fernanda informa que o Plano de Contingência trabalha apenas com os leitos públicos, entretanto, em caso de necessidade, os leitos particulares podem ser requisitados administrativamente e acrescenta que a ampliação de leitos na epidemia vai deixar um legado de aplicação de serviços, equipamentos para unidades hospitalares, substituindo os que estão obsoletos.

A presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMSBH), Carla Anunciatta, informou que existe uma parceria com o Observatório Social do Brasil e a Controladoria Geral da União para acompanhar todos os recursos que estão sendo investidos em Belo Horizonte para controle da pandemia e que pode ser uma ferramenta importante para o controle e monitoramento dos conselhos.

## CES-MG ATUANTE

### LESTE

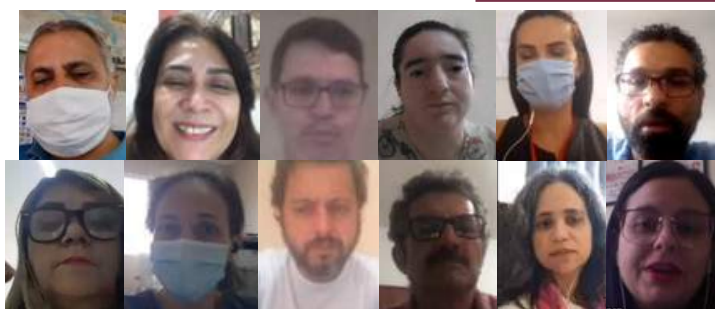
A Plenária Regional Leste foi realizada em 16/7 e contou com as presenças de representantes dos municípios de São Geraldo do Baixo, Capitão Andrade, Marliéria, Belo Oriente, Frei Lagonegro e Governador Valadares. O vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves, destacou mais uma vez que as plenárias regionais são um momento de escuta dos conselhos para que as ações do controle social avancem no estado, mas, lembrou, que os colegiados não são deliberativos, mas um espaço de consulta.

A assessora técnica do Cosems, Ethiara Vieira ressaltou ser importante conhecer as realidades locais com representatividade, especialmente com a interiorização da pandemia. A secretária-geral do CES-MG, Lourdes Machado, lembrou que a situação da macrorregião preocupa, pois, possui as cinco cidades do estado com mais de mil casos, sendo, nesse caso, fundamental que o controle social esteja atuante e a 1ª diretora de Comunicação do SUS, Fernanda Coelho, chamou a atenção para a baixa testagem em Governador Valadares.

Entre os apontamentos de representantes dos conselhos, estava a escolha pela organização de centros de referência para a covid-19 em vários municípios e dúvidas sobre os planos de contingência e na contagem de leitos por macrorregião.

A superintendente de Redes de Atenção da SES-MG, Karina Oliveira, explicou que com a abertura de novos leitos uma região pode sair do nível crítico, o que não quer dizer que diminuiu casos, mas que forma abertos mais leitos. Sobre a alta concentração dos casos em Governador Valadares, a superintendente ressaltou que é uma situação esperada devido à densidade populacional e da fase de interiorização da pandemia.

Karina acrescenta que a necessidade de leitos em Minas foi calculada pela tendência do Brasil de forma conservadora, e que provavelmente não necessária a utilização dos leitos estimados. Na região Leste foi estimada a necessidade de 260 leitos clínicos e 104 leitos de terapia intensiva.



### TRIÂNGULO NORTE

A Plenária Regional Triângulo Norte foi realizada no dia 20/7 e contou com a participação dos conselhos de saúde de Canápolis, Uberlândia, Araguari, Ituiutaba e das Gerências Regionais de Saúde de Ituiutaba, Uberlândia e Patrocínio. Renato Barros, 1º secretário da Mesa Diretora do CES-MG, apontou que o momento crítico é também uma forma de incluir ainda mais o controle social e lembrou que as plenárias de instituição do SUS à nível nacional tiveram como ponto positivo a interação entre conselhos de variadas regiões.



## CES-MG ATUANTE

Dada a importância do momento, o vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves, ressaltou que é importante manter as reuniões virtuais, ainda que os conselhos venham se esforçando ao máximo pelos grupos em redes sociais, apesar da dificuldade de comunicação vivenciadas em muitos municípios.

Dentre os pontos apresentados na plenária, estavam os planos de contingência macrorregionais como uma estratégia de organização dos serviços nos territórios para o enfrentamento da covid-19; paralisação do comércio; comunicação entre a gestão municipal e SES-MG; e compra de equipamentos para hospitais. A superintendente de Redes de Atenção da SES-MG, Karina Oliveira, falou sobre a estimativa de leitos clínicos na região, que

utilizou como referência dados de 30/3, apresentando um levantamento de demanda para as microrregiões de Ituiutaba, Patrocínio, Uberlândia e Araguari e destacou a possibilidade de ampliação de leitos clínicos, em caso de agravamento do cenário. Karina informou que a SES-MG e Secretaria Estadual e Planejamento e Gestão (SEPLAG) compraram equipamentos para estruturar hospitais destas microrregiões, principalmente para as UTI's, ventiladores pulmonares invasivos e não invasivos e cardioversores com marca passo.



## SUDESTE

No dia 30/7, foi a vez da Plenária Regionais Sudeste, que contou com a participação de conselhos municipais de saúde de Leopoldina, Muriaé, Arantina, Bias Fortes, Presidente Fernandes, Ubá, Juiz de Fora, Carangola, Manhuaçu, além de representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Arantina, e Gerências Regionais de Saúde de Juiz de Fora, Manhuaçu e Ubá.

Nos relatos de conselheiras e conselheiros da região já foi possível perceber o novo panorama da situação em Minas Gerais ao atingir o pico da curva de contaminação da covid-19.

A conselheira de Muriaé, Marina Aparecida Calcagno Pereira, destacou que o trabalho conjunto entre conselho de saúde, prefeitura, gerência regional de saúde (GRS) e prestadores

chegou a um bom nível e cada instância tem se empenhado em colaborar, o que inclui os prestadores de serviços. Ela ressaltou que o Hospital São Paulo recebeu sete respiradores e monitores multiparâmetros, aumentando os leitos de UTI para covid-19 na região.

Da mesma forma, a presidente do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Fernandes, Glauciene Nogueira, disse que a Plenária Regional Sudeste trouxe a percepção desses resultados positivos quando comparados à projeção do Plano de Contingência, feito em 30/3, pela SES-MG. “Esses resultados envolveram, inclusive, o engajamento da população e a tomada de decisões da prefeitura por meio de decretos e ações preventivas que deram resultados.

## CES-MG ATUANTE

Cabe ressaltar que o trabalho em conjunto durante a crise contou com o suporte adequado da SES-MG por videoconferências, aplicativos de redes sociais, inclusive fora do expediente por parte da GRS”, enfatizou.

Por outro lado, a presidente do Conselho de Saúde de Carangola, Aline de Paiva Pereira, revelou que mesmo que a taxa de ocupação na cidade esteja em 50% e do bom relacionamento entre o conselho municipal, instituições prestadoras de serviços e vigilância epidemiológica, a maior dificuldade tem sido a conscientização da população sobre a importância de manter o isolamento social e a resistência dos comerciantes. “Por isso, é fundamental que os conselhos se mantenham atuantes”.

Segundo a assessora o plano macrorregional é um acessório complementar ao Plano de Contingência Estadual e tem como objetivo dar resposta ao enfrentamento da pandemia a nível regional. A macrorregião Sudeste possuía, até 26/7 (data referência da apresentação), 8.779 casos confirmados e 264 mortes.

### Plano de Contingência

De acordo com a assessora técnica da Superintendência de Redes de Atenção da SES-MG, Fernanda Santos Pereira, os Planos de Contingência Macrorregionais foram construídos em conjunto com as unidades regionais de acordo com as especificidades de cada região do estado.



## PLANO MINAS CONSCIENTE

Na reunião ordinária do CES-MG realizada no dia 13/7, o plenário recebeu o promotor de Justiça Luciano Oliveira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde e o chefe de Gabinete da SES-MG, João Pinho para explicar a conselheiras e conselheiros sobre o Plano Minas Consciente, relacionando a medida à Deliberação Nº 17, de 22/03/2020, do Comitê Extraordinário Covid-19 (COE) e seu caráter vinculante aos municípios, ou seja, obrigatório.

## CES-MG ATUANTE

O promotor falou sobre as medidas de distanciamento social, o papel do Ministério Público (MP) nesse processo e a autonomia do Estado e dos Municípios quando observadas a Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 Nº 17- que dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de calamidade pública causada pela crise sanitária do novo coronavírus e a Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 Nº 39, que aprovou o Plano Minas Consciente.

As deliberações do comitê extraordinário do estado têm caráter vinculante aos municípios, ou seja, estão vinculados à Deliberação Nº 17 e podem expedir normas, desde que elas estejam dentro da moldura da deliberação, e ser mais e não menos rigorosas.

Caso o município queira promover uma abertura das atividades econômicas deve aderir à Deliberação Nº 39, ao Plano Minas Consciente, que propõe uma classificação das atividades econômicas de acordo com o risco sanitário, com maior e menor benefício para a economia do estado e de acordo com pontuações estabelecidas em ondas verde, branca, amarela.

O Plano Minas Consciente foi apresentado pelo chefe de Gabinete da SES-MG, João Pinho, trazendo premissas, indicadores e apresentando sistemas e protocolos, que se fundamentam na matriz de risco para pontuação e setorização das atividades, através de ondas conforme o risco de abertura.

Luciano Oliveira reconhece que o governo estadual adotou a postura de ter um programa para permitir a retomada das atividades econômicas com regramentos e protocolos que estão sendo estabelecidos e o MP emitiu um parecer externando a compreensão de que existem em Minas Gerais dois regimes jurídicos: por um lado, a Deliberação Nº 17, que estabelece normas de caráter vinculante e um regime de adesão voluntário dos municípios que age por meio da Deliberação Nº 39 e estabelece o Plano Minas Consciente. “O Minas Consciente é um plano de adesão voluntária e o MP entende que o município não é obrigado a aderir e, não aderindo, está automaticamente vinculado à Deliberação 17”, pondera, ressaltando que “o objetivo do MP é buscar o consenso, trazer uma pacificação, diminuir o número de conflitos e ações judiciais e o Procurador Geral já iniciou ações com a Associação Mineira de Municípios, com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), para manter o diálogo.

